



ORGANIZAÇÃO DOS
ESTADOS **AFRICANOS, CARIBENHOS**
E DO **PACÍFICO** (OEACP)

RELATÓRIO

DO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA OEACP

DE DEZEMBRO DE 2022 A MARÇO DE 2026



Por sua Excelência o Senhor
João Manuel Gonçalves Lourenço,
da República de Angola
presidente em exercício da OEACP.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO05

REALIZAÇÕES DA PRESIDÊNCIA
DE ANGOLA..... 09

- Institucionalização da Troika
e reforço da governação 09
- Sustentabilidade financeira da OEACP.....11
- Reformas institucionais12
- Parcerias, multilateralismo
e relações com a União Europeia14
- Solidariedade e liderança
sobre a situação política
e de segurança no Haiti.....16

CONCLUSÃO17

Transmissão de Poder
de S.E. Sr. William Ruto,
Presidente da República
do Quênia



S.E. Sr. Tete António,
atual Ministro das
Relações Exteriores
de Angola

S.E. Sr. Georges Rebelo Pinto Chikoti,
de Angola, Secretário-Geral da OEACP
de março de 2020 até ao início de 2025



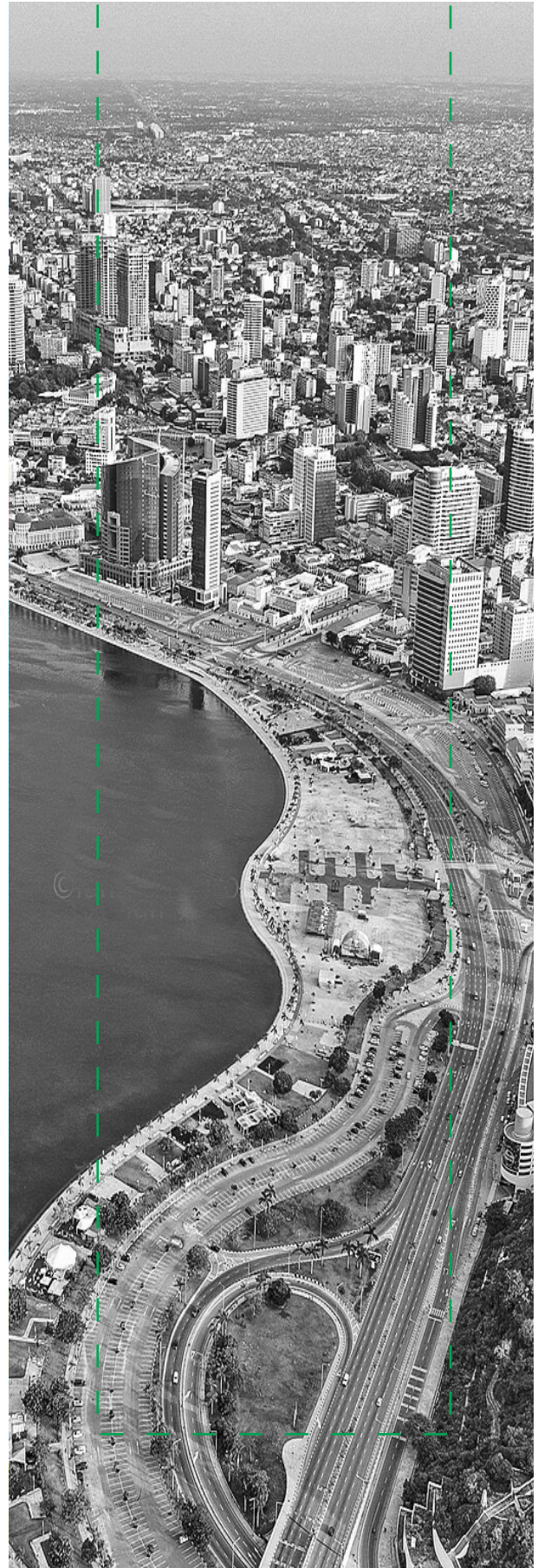
S.E. Sr. João Manuel Gonçalves Lourenço
e o Secretário-Geral
S.E. Sr. Moussa Saleh Batraki

INTRODUÇÃO

A Presidência de Angola foi exercida no quadro político, normativo e estratégico estabelecido pela **10.^a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Organização dos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (OEACP)**, realizada em **Luanda, República de Angola**, em 9 de Dezembro de 2022, sob o tema **«3 Continentes, 3 Oceanos, 1 Destino Comum: Construir uma OEACP resiliente e sustentável»**.

Essa Cimeira reafirmou os objectivos fundacionais da OEACP, consagrados no Acordo de Georgetown Revisto (2019), designadamente o combate à pobreza, a promoção do desenvolvimento sustentável e a integração equitativa dos Estados-Membros na economia global. Sublinhou ainda a centralidade da unidade, da solidariedade, do multilateralismo e da diversidade cultural como principais fontes de força da Organização, reconhecendo, simultaneamente, a crescente complexidade do ambiente global em que a OEACP deve operar.

Mandato da Presidência angolana decorreu num contexto de confluência de profundos desafios globais e regionais. Entre eles, contam-se as persistentes tensões geopolíticas, os efeitos socioeconómicos



remanescentes da pandemia de COVID-19, os impactos acelerados das alterações climáticas, a insegurança alimentar e as consequências da guerra na Ucrânia. Ao mesmo tempo, a Presidência foi orientada por uma determinação clara de revitalizar o multilateralismo, reforçar a cooperação Sul-Sul e triangular, aprofundar parcerias estratégicas, em particular com a União Europeia através do Acordo de Samoa, e aumentar a visibilidade e a influência da OEACP no plano internacional.

Neste enquadramento, a condução do Presidente Lourenço procurou traduzir a visão política e os compromissos expressos na Cimeira de Luanda em acção institucional concreta. A Presidência de Sua Excelência o Senhor João Manuel Gonçalves Lourenço foi guiada por um quadro de prioridades claramente definido para o período 2023-2025, alicerçado no Acordo de Georgetown Revisto e informado pelo acervo das anteriores Cimeiras da OEACP.

Ao assumir a Presidência da 10.^a Cimeira após a Cimeira de Luanda, Angola foi investida de uma responsabilidade acrescida de prover liderança política, orientação estratégica e respostas atempadas às

dinâmicas institucionais, financeiras e geopolíticas urgentes que a Organização enfrentava. No exercício do mandato conferido pelo Acordo de Georgetown Revisto (2019), o Presidente Lourenço mobilizou eficazmente os seus bons ofícios para salvaguardar os interesses da OEACP e reforçar a sua unidade e relevância na cena global.

A Presidência coincidiu com um dos períodos mais consequentes da história da Organização. Foi dada prioridade à salvaguarda da viabilidade financeira e institucional, ao avanço de reformas para tornar a OEACP adequada aos seus propósitos, ao reforço da liderança política colectiva mediante a activação do mecanismo da Troika e ao aprofundamento da solidariedade entre os Estados-Membros na resposta a crises que afectam a paz, a segurança e o desenvolvimento.

Presente relatório expõe as principais realizações da Presidência de Angola, evidenciando um elevado grau de alinhamento entre intenção estratégica e execução política, reforçando a credibilidade e a eficácia da OEACP enquanto organização global. ■



O relatório abrange o seguinte:



Institucionalização da Troika e reforço da governação

Sustentabilidade financeira da Organização

Reformas institucionais

Parcerias, multilateralismo e relações com a União Europeia

Solidariedade entre os membros da OEACP



50 ANOS 79 NAÇÕES UMA SÓ VOZ



REALIZAÇÕES DA PRESIDÊNCIA DE ANGOLA

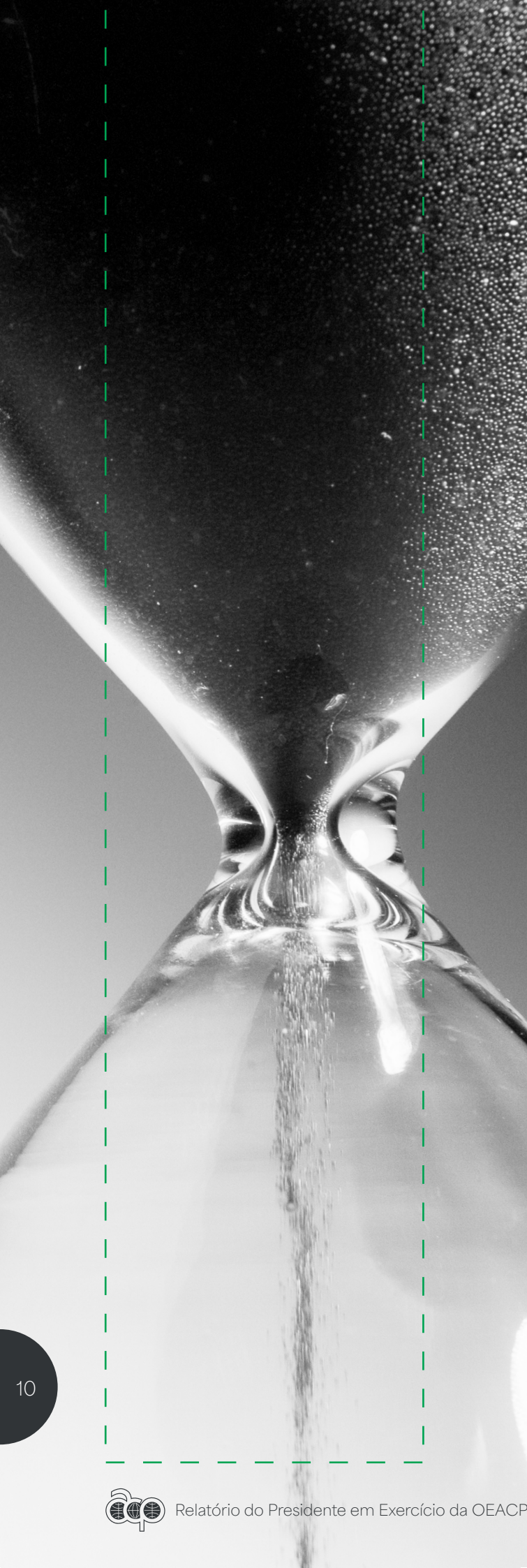


Institucionalização da Troika e reforço da governação

Para concretizar a prioridade de reforço da liderança política colectiva, a Presidência adoptou medidas deliberadas para revitalizar e consolidar o mecanismo da Troika da Cimeira da OEACP, visando transformá-lo numa plataforma previsível e estruturada de coordenação política ao mais alto nível. Neste sentido, os Líderes acordaram institucionalizar reuniões anuais da Troika à margem da Assembleia-Geral das Nações Unidas ou de outras grandes reuniões internacionais, integrando, assim, a supervisão política ao nível da Cimeira na arquitectura de governação da Organização.

Em 20 de Setembro de 2023, o Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço convocou, em Nova Iorque, à margem da 78.ª Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, a primeira reunião da Troika da Cimeira. Esta reunião constituiu um marco decisivo no reforço da liderança política ao nível da Cimeira no seio da OEACP. Representou a primeira operacionalização do mecanismo da Troika ao abrigo do Acordo de Georgetown Revisto e instituiu a prática de consultas regulares da Troika, reforçando a continuidade, a coerência das políticas e a supervisão estratégica ao mais alto nível político.





A reunião inaugural produziu vários resultados importantes, incluindo:

- **Reforço da governação, da reforma institucional e da disciplina financeira**, mediante renovado compromisso político de fortalecer os processos decisórios, intensificar a participação dos Estados-Membros e reiterar a importância do cumprimento atempado das contribuições avaliadas;
- **Avanço de parcerias estratégicas e da mobilização de recursos**, encorajando a diversificação de parceiros de desenvolvimento, endossando a elaboração de uma estratégia de mobilização de recursos da OEACP e apoiando os progressos rumo à assinatura e à implementação efectiva do Acordo de Samoa com a União Europeia;
- **Fortalecimento da voz global colectiva da OEACP**, promovendo posições coordenadas em matéria de alterações climáticas, comércio e pressões económicas, cooperação multilateral e desenvolvimento centrado nas pessoas, ao mesmo tempo que se reafirmava a unidade e a solidariedade entre as regiões da Organização.

Com base nestes progressos, o Presidente Lourenço convocou, em 23 de Setembro de 2024, a Cimeira Conjunta da Troika e dos Chefes de Estado e de Governo dos Membros do Bureau da OEACP. Este engajamento político ao mais alto nível consolidou ainda mais a Troika como plataforma robusta de orientação política estratégica. A reunião extraordinária foi convocada em resposta a um apelo urgente do Secretário-Geral relativo à deterioração da situação financeira e institucional da Organização. ■



Sustentabilidade financeira da OEACP

A sustentabilidade financeira afirmou-se como um dos desafios mais críticos e definidores enfrentados durante a Presidência de Angola. A Organização deparou-se com uma situação financeira e institucional sem precedentes, que ameaçava a continuidade operacional e a credibilidade da OEACP. Reconhecendo a gravidade destes desenvolvimentos, a Presidência angolana elevou a questão ao mais alto nível político da Organização, tratando-a não como mera preocupação administrativa, mas como desafio fundamental que exigia responsabilidade política colectiva, reforma estrutural e soluções estratégicas de longo prazo.

Em resposta, a Presidência de Angola facilitou a adopção de dois mandatos decisivos ao nível da Cimeira, destinados a enfrentar a crise financeira e a lançar as bases para a sustentabilidade financeira duradoura. Estes mandatos incidiram em medidas correctivas imediatas para aliviar pressões de liquidez sobre o Secretariado, combinadas com soluções estruturais destinadas a diversificar e reforçar a base de financiamento da Organização, incluindo a designação de um Campeão para a Mobilização de Recursos.

No avanço das medidas financeiras necessárias para enfrentar a crise, foram alcançados, entre outros, os seguintes resultados:

- **Obtenção de consenso político** ao mais alto nível quanto à urgência do pagamento atempado e integral das contribuições avaliadas, reforçando a responsabilidade colectiva pela estabilidade financeira da Organização;
- **Ancoragem**, em decisões ao nível da Cimeira, **de reformas de governação financeira** e de prestação de contas, refor-

çando a supervisão, a gestão financeira e os quadros de controlo interno do Secretariado;

- **Endosso político da reestruturação institucional**, permitindo ao Secretariado alinhar a liderança e a capacidade operacional com as realidades financeiras, incluindo a redução do número de Secretários-Gerais Adjuntos de cinco para dois;

- **Promoção de uma viragem estratégica para o financiamento sustentável**, catalisando o reconhecimento político de que a dependência excessiva de contribuições dos Estados-Membros não é viável a longo prazo e abrindo espaço para soluções inovadoras e diversificadas, sujeitas a estudo adicional;

- **Estabelecimento de mandatos vinculativos e mecanismos de seguimento**, capacitando o Conselho de Ministros para exercer supervisão reforçada e assegurando que as decisões da Cimeira se traduzem em acção institucional concreta.

Esforços de mobilização de recursos

Em complemento a estas medidas, um resultado emblemático da Presidência de Angola foi a elevação da mobilização de recursos ao mais alto nível político da Organização. Reconhecendo a necessidade de diversificar fontes de financiamento e reduzir a vulnerabilidade estrutural, a Cimeira designou Sua Excelência o Senhor Mokgweetsi Eric Keabetswe Masisi, Presidente da República do Botswana, como Campeão para a Mobilização de Recursos da OEACP. Esta decisão reflectiu uma viragem estratégica para uma liderança partilhada na mobilização de recursos, no reforço de parcerias e no avanço de soluções de financiamento sustentável que apoiem os objectivos de longo prazo da OEACP.



Reformas institucionais

Em consonância com os compromissos reafirmados pelos Chefes de Estado e de Governo na 10.ª Cimeira da OEACP em Luanda, em particular a determinação colectiva de modernizar a Organização, reforçar a governação e adaptar o Secretariado às necessidades evolutivas e crescentemente complexas dos Estados-Membros, a Presidência angolana colocou a reforma institucional no centro da sua agenda.

Ciente de que a credibilidade, a eficácia e a sustentabilidade da OEACP dependem de instituições fortes, liderança transparente e infra-estruturas adequadas, o Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço promoveu reformas assentes nos princípios de responsabilização, eficiência e resiliência institucional.

No quadro desta agenda, a Presidência alcançou dois resultados institucionais

determinantes: a nomeação de um novo Secretário-Geral através de um processo competitivo e baseado em regras, e a consolidação da presença institucional da Organização mediante a transição bem-sucedida para a nova Sede da OEACP.

Nomeação do Secretário-Geral

Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço demonstrou liderança decisiva na salvaguarda da integridade do processo de selecção do Secretário-Geral num momento de elevada sensibilidade institucional. Face a posições regionais divergentes e à ausência de consenso, a Presidência elevou a matéria ao nível da Cimeira e facilitou deliberações inclusivas e de princípio, ancoradas nas disposições do Acordo de Georgetown Revisto. Mediante a definição de um roteiro claro e calendarizado, incluindo novas candidaturas, a convocação de uma Sessão Especial do Conselho

de Ministros e a validação final pela Cimeira da Troika, a Presidência angolana assegurou que o processo se mantinha transparente, baseado em regras e preservador da unidade.

Neste contexto, uma realização institucional marcante foi a nomeação bem-sucedida de um novo Secretário-Geral por via de um processo competitivo, transparente e baseado no mérito. Embora politicamente sensível e, por vezes, divisivo, o processo decorreu com pleno respeito pelas regras estabelecidas e pelos princípios de governação. Ao privilegiar a credibilidade institucional e a integridade procedimental, o Presidente Lourenço reforçou a confiança nos quadros jurídicos e de governação da Organização e sustentou a estabilidade institucional. O processo culminou na nomeação do Secretário-Geral Batraki como Secretário-Geral da OEACP para o período 2025-2030.

Aquisição de uma nova Sede da OEACP

Outro marco de relevo durante a Presidência de Angola foi a transição bem-sucedida para a nova Sede da OEACP, na sequência da venda do antigo ACP House. Este resultado respondeu directamente ao objectivo de Angola de reforçar a infra-estrutura institucional, ao mesmo tempo que racionalizava recursos financeiros e operacionais.

A nova Sede melhorou a eficiência operacional, as condições de trabalho e a visibilidade institucional da Organização. Constitui um símbolo de renovação, estabilidade e compromisso de longo prazo com o reforço dos alicerces institucionais da OEACP. ■



Parcerias, multilateralismo e relações com a União Europeia

Reforço de parcerias e a reafirmação do compromisso da OEACP com um multilateralismo eficaz constituíram um pilar central da Presidência angolana. Num ambiente global em rápida transformação, marcado por desafios transnacionais complexos, a Presidência procurou assegurar a liderança política necessária para posicionar a OEACP como parceiro unido, credível e orientado para o futuro, capaz de promover os interesses colectivos dos seus Estados-Membros num sistema internacional baseado em regras.

Um feito histórico neste período foi a assinatura do Acordo de Samoa, em 15 de Novembro de 2023, inaugurando um novo capítulo nas relações entre a OEACP e a União Europeia. O Acordo estabeleceu um quadro renovado e abrangente de parceria para enfrentar desafios partilhados, incluindo alterações climáticas,

governança dos oceanos, migração, saúde, paz e segurança, reafirmando valores fundamentais como os direitos humanos, a democracia, a boa governação, a igualdade de género e o Estado de direito. Sob a Presidência angolana, consolidou-se o impulso político necessário para concluir este acordo emblemático, sublinhando o compromisso da Organização com a acção colectiva e o engajamento multilateral efectivo.

Para além da assinatura, foi dada prioridade à operacionalização precoce do Acordo. Uma realização decisiva foi o lançamento bem-sucedido da Assembleia Parlamentar Paritária OEACP-UE e das Assembleias Parlamentares Regionais, as primeiras instituições conjuntas a serem constituídas ao abrigo do Acordo de Samoa. Este marco histórico foi alcançado através das primeiras Reuniões



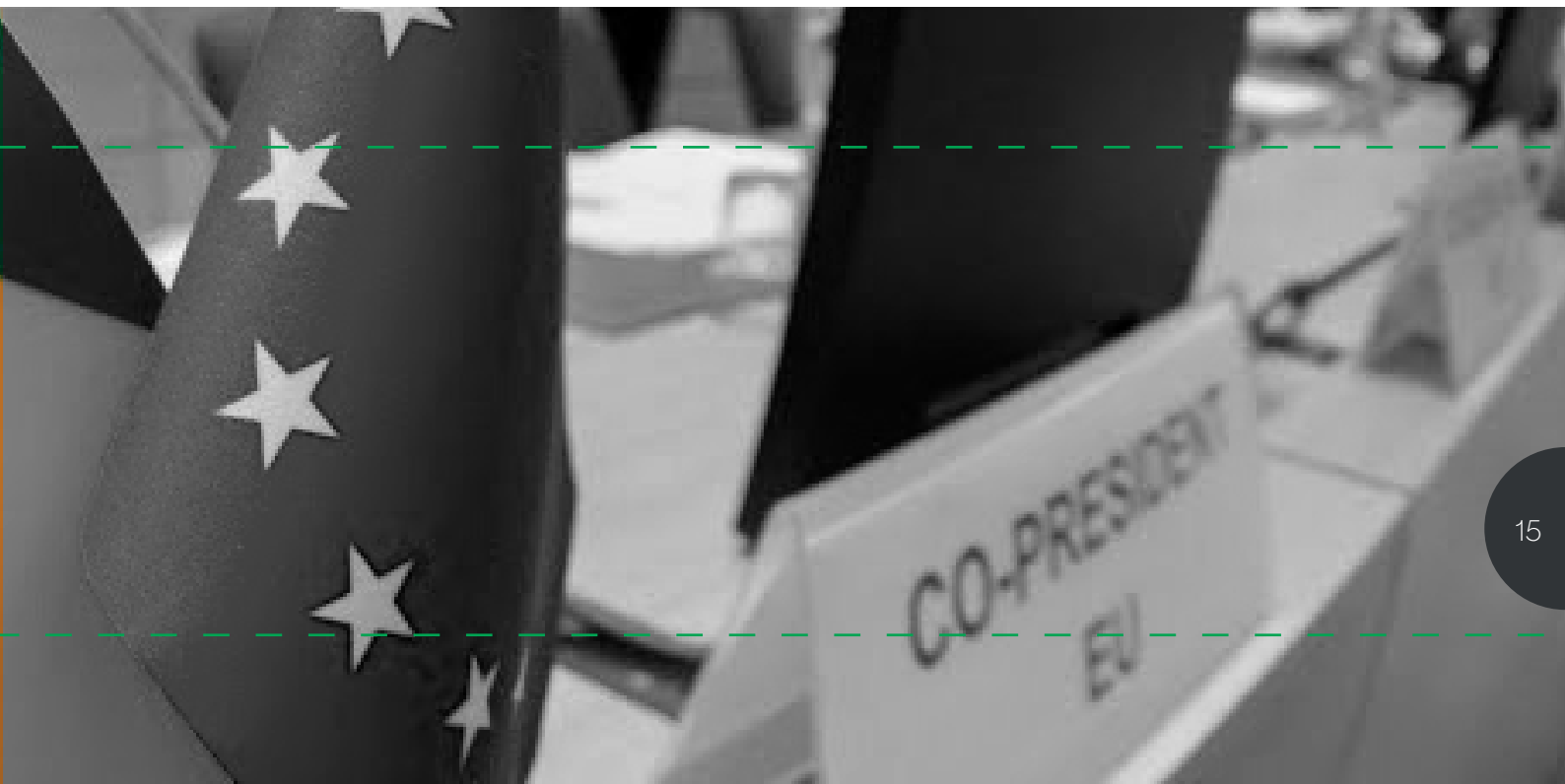
Constitutivas das Assembleias Parlamentares Regionais e Paritária OEACP-UE, realizadas em Luanda, Angola, de 19 a 21 de Fevereiro de 2024, e culminou na adopção dos respectivos Regulamentos Internos.

Estas reuniões constitutivas foram precedidas pela 64.^a Sessão da Assembleia Parlamentar da OEACP, durante a qual os membros da OEACP foram devidamente designados e aprovados para integrar a Mesa das três Assembleias Parlamentares Regionais e da Assembleia Parlamentar Paritária. A sequência bem-sucedida destes processos assegurou coerência institucional, legitimidade democrática e prontidão operacional para a dimensão parlamentar da parceria.

A Presidência angolana apoiou igualmente esforços para diversificar e expandir parce-

rias estratégicas para além dos quadros tradicionais de cooperação, em linha com o compromisso da Organização de reforçar a cooperação Sul-Sul e triangular. Prosseguiram, neste período, contactos e engajamentos com parceiros não tradicionais na Ásia, no Médio Oriente e noutras regiões, abrindo novas vias de cooperação em áreas como transformação digital, capacitação e apoio ao desenvolvimento, com vários processos a evoluir para entendimentos concretos.

No seu conjunto, estas realizações demonstram a contribuição da Presidência angolana para reforçar o engajamento multilateral, consolidar a parceria OEACP-UE e apoiar a operacionalização efectiva e atempada do Acordo de Samoa, reforçando, assim, o posicionamento da OEACP como actor credível, inclusivo e proactivo na cena internacional. ■





Solidariedade e liderança sobre a situação política e de segurança no Haiti

A crise política, de segurança, humanitária e institucional no Haiti constituiu um dos desafios mais prementes abordados sob a Presidência angolana da OEACP. Reconhecendo a gravidade e a natureza multidimensional da crise, bem como as suas implicações para a estabilidade regional e para a paz e segurança internacionais, a Presidência assegurou que a situação do Haiti merecia atenção sustentada ao mais alto nível político da Organização.

Guiada pelos princípios de solidariedade e responsabilidade colectiva que sustentam a OEACP, a Presidência angolana elevou o tema à Cimeira da Troika de Chefes de Estado e de Governo, mobilizando uma resposta política unificada e reafirmando o compromisso da Organização em apoiar os esforços internacionais destinados a ajudar o Haiti a ultrapassar a sua crise. Na Cimeira Conjunta da Troika e dos Chefes de Estado e de Governo dos Membros do Bureau da OEACP, os Líderes atribuíram prioridade à situação do Haiti e adoptaram uma Declaração dedicada sobre a Situação Política e de Segurança no Haiti, articulando formalmente a posição colectiva e o compromisso da Organização.

Por meio desta Declaração, os Líderes expressaram solidariedade com o povo haitiano, reconheceram os Estados-Membros que prestaram apoio tangível, em particular a República do Quénia pela sua liderança na Missão Multinacional de Apoio à Segurança, e instaram a comunidade internacional a apoiar a prorrogação do mandato da missão no Conselho de

Segurança das Nações Unidas. A Declaração reafirmou ainda o apoio aos esforços internacionais para resolver a crise e apelou ao reforço de consultas entre os Membros e parceiros da OEACP, a fim de assegurar respostas inclusivas, coordenadas e sustentáveis.

Em paralelo, a Presidência angolana sublinhou a necessidade urgente de assistência humanitária coordenada, do restabelecimento da ordem pública e das instituições do Estado e da realização de eleições livres, transparentes e credíveis, em conformidade com padrões internacionais. Os Estados-Membros foram encorajados a apoiar o Haiti por via do engajamento multilateral, em particular na Assembleia-Geral e no Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como mediante iniciativas bilaterais e regionais. Foram igualmente formulados apelos a apoio prático, incluindo assistência em matéria de segurança e capacitação das instituições haitianas de aplicação da lei, traduzindo uma expressão concreta e orientada para a acção da solidariedade da OEACP.

Por estas acções e resultados, a Presidência angolana demonstrou liderança principada e decisiva na mobilização da vontade política colectiva, reforçando o papel da OEACP como actor credível e responsável na promoção da paz e da estabilidade e na preservação da tradição de solidariedade da Organização perante crises que afectam os seus Estados-Membros. ■

CONCLUSÃO

A Presidência de Angola decorreu num período particularmente exigente para a Organização. Ao longo deste mandato, Angola procurou responder aos desafios mediante maior engajamento político, revitalização dos mecanismos de liderança colectiva e acção decisiva para enfrentar vulnerabilidades financeiras e institucionais. Estes esforços tiveram por objectivo lançar bases duradouras para uma OEACP transformada e renovada, reforçando, simultaneamente, a solidariedade entre os Estados-Membros na resposta a crises regionais e globais.

Progresso alcançado reflecte a determinação colectiva dos Estados-Membros em assegurar que a Organização se mantém credível, resiliente e responsiva às necessidades evolutivas do seu universo de membros. Ao promover reforma institucional, reforçar a governação financeira e incentivar uma liderança inclusiva e consultiva, a Presidência procurou contribuir para fortalecer a orientação estratégica e a eficácia operacional da OEACP numa etapa crítica do seu desenvolvimento.

Olhando para o futuro, esta Presidência prepara igualmente o terreno para uma agenda renovada, que exige aprofundar o engajamento com parceiros tradicionais e emergentes, repensar o Secretariado como instituição moderna, responsiva e orientada para resultados, e reforçar a

reconexão entre os Estados-Membros assente numa forte cooperação intra-OEACP, com a determinação de intensificar a cooperação entre membros e promover crescimento económico colectivo e resiliência.

Em última análise, o legado da Presidência angolana reside não apenas nas decisões adoptadas ou nas reformas iniciadas, mas também na confiança renovada que inspira quanto ao futuro. Reafirma a OEACP como organização baseada em regras, credível e voltada para o futuro, capaz de se adaptar às dinâmicas globais, reforçar parcerias e promover os interesses e aspirações colectivas dos seus Estados-Membros e dos seus povos nos anos vindouros. ■



Promover a unidade,
o desenvolvimento sustentável
e a cooperação global entre
os países membros.



ORGANIZAÇÃO DOS
ESTADOS **AFRICANOS, CARIBENHOS**
E DO **PACÍFICO** (OEACP)



Endereço

Avenue des Communautés 110
Woluwe-Saint-Lambert
1200 Bruxelles | Belgique



Telefone

+ 32 27 43 06 00



E-contacto

www.oacps.org
registry@acp.int

